

René Guénon: Definições

Frithjof Schuon

A obra de René Guénon pode ser definida por quatro termos: intelectualidade, universalidade, tradição e teoria.

A obra é “intelectual” porque diz respeito ao conhecimento e porque o considera em conformidade com sua natureza, ou seja, à luz do intelecto, que é essencialmente supra-racional. Ela é “universal” na medida em que encara as diferentes revelações em termos da Verdade una, adotando ao mesmo tempo, de acordo com a ocasião, a linguagem de uma tradição em particular. Além disso, a obra de Guénon é “tradicional” porque os fatos fundamentais que ela transmite estão estritamente em conformidade com o ensinamento das grandes tradições, ou com uma destas tradições quando for o caso de uma forma entre outras. Finalmente, a obra é “teórica”, já que ela não trata da realização espiritual, e até mesmo se abstém de assumir o papel de um ensinamento prático e de colocar-se a si mesma no terreno dos ensinamentos de um Ramakrishna, por exemplo.

Isto nos leva à questão do conteúdo: o que converge essencialmente sobre a doutrina metafísica – não aquilo que pode ser chamado de “vida espiritual” – e está subdividido em quatro grandes temas: doutrina metafísica, princípios tradicionais, simbolismo e crítica do mundo moderno.

Abordemos primeiramente a doutrina metafísica. Aqui, o mérito de Guénon não é simplesmente tê-la exposto, mas acima de tudo ter mostrado sua verdadeira natureza, distinguindo-a claramente das “filosofias”, no significado corrente deste termo. Este significado, conquanto provavelmente não exclusivo, marca um forte predomínio do raciocínio sobre a intuição intelectual, ao ponto de reduzir esta última a uma sorte de “acidente” mais ou menos inconsciente. Aqui reside o grande mérito da tese guenoniana: ter lembrado o que o pensamento moderno, à maneira do pensamento “clássico”, esqueceu ou procurou esquecer, ou seja, a distinção essencial entre a intuição intelectual e a operação mental ou, em outras palavras, entre o intelecto, que é universal, e a razão, que é individual e mesmo especificamente humana. E isto invalida todas as especulações que carecem de qualquer caráter transcendente; de fato, para atingir a verdade, deve-se despertar em si mesmo a faculdade intelectual – se isto é possível – e não tentar “explicar” por meio da razão realidades que não se “vêm”; a maioria das filosofias principia de uma espécie de cegueira axiomática, daí suas hipóteses, seus cálculos, suas conclusões, todos desconhecidos na pura metafísica, a dialética desta última sendo baseada na analogia e no simbolismo.

Basicamente, a doutrina metafísica não é outra coisa do que a ciência da Realidade e da ilusão, e se apresenta, desde o ponto de partida do estado terrestre – e por conseguinte com sua extensão cosmológica – como a ciência dos graus existenciais ou principiais, dado o caso: por um lado, ela

distingue, no interior do próprio Princípio, entre o ser e o não-ser ou, em outras palavras, entre o Deus pessoal e a Divindade impessoal; por outro lado, na Manifestação, a metafísica – agora tornada cosmologia – distingue entre o informal e o formal, o formal sendo, por sua vez, dividido em dois estados, um sutil ou anímico, e o outro grosseiro ou corporal.

O segundo grande tema tratado por Guénon é a tradição ou, mais precisamente, o agregado de princípios que a constituem, qualquer que seja a sua forma; podemos dizer que tradição é o que vincula tudo que é humano à Verdade divina. Guénon enfatiza não somente a distinção entre o que é tradicional e o que não é, mas também, ao nível da tradição mesma, a distinção entre dois de seus aspectos fundamentais, o exoterismo e o esoterismo, o último ligando-se diretamente à doutrina metafísica.

Quanto ao simbolismo, o terceiro grande tema da obra guenoniana, ele é necessário porque a expressão natural e universal da metafísica é o símbolo. Esta expressão é natural porque reside na natureza das coisas – em outras palavras, em analogias reais – e é universal na medida em que é capaz de aplicações ilimitadas no domínio do Real. O simbolismo tem duas vantagens sobre o raciocínio: em primeiro lugar, longe de artificialmente opor-se àquilo que expressa, ele é, de fato, um aspecto ou uma “encarnação” daquilo que expressa. E em seguida, em vez de meramente sugerir um aspecto de uma dada realidade, ele manifesta vários aspectos dela ao mesmo tempo e apresenta verdades em suas várias conexões metafísicas e espirituais, abrindo, por conseguinte, “dimensões” incomensuráveis à contemplação.

Finalmente, como quarto grande tema, a obra guenoniana inclui a crítica do mundo moderno; não poderia deixar de incluí-la dado, de uma parte, seu caráter intelectual e tradicional e, de outra, sua esfera de ação que é precisamente este mundo privado de intelectualidade e tradição como fatores determinantes. Esta crítica do modernismo é apresentada sob dois aspectos, um geral e outro detalhado; em outras palavras, o autor critica, por um lado, as tendências específicas da civilização na qual vivemos e, por outro, expressões pormenorizadas desta civilização como, por exemplo, as diferentes formas do “neo-espiritualismo”.

Como todas as obras de uma amplitude excepcional, a de René Guénon pode dar margem a diferentes interpretações, mas isto não se aplica à sua natureza e às suas aplicações. Em nossa opinião, a função de René Guénon era expor princípios, mais do que mostrar suas aplicações: é na enunciação de princípios fundamentais que seu gênio intelectual é exercido com incontestável maestria; mas, aceitar sem reservas todos os exemplos e todas as deduções que o autor profere através de seus numerosos escritos nos pareceria uma questão de opinião, ou mesmo de fé, especialmente porque o conhecimento dos fatos depende de contingências que não podem intervir no conhecimento principial. Se o intelecto é, por assim dizer, soberano e infalível em seu próprio terreno, ele somente pode exercer seu discernimento no plano dos fatos de uma maneira condicional; além disso, Deus pode intervir neste plano com vontades particulares e algumas vezes imprevisíveis, as quais o conhecimento principial só pode levar em conta *a posteriori*. O plano dos fatos é, em alguns aspectos, o oposto do plano dos princípios, no sentido de que ele compreende modalidades e imponderáveis que estão no extremo oposto do rigor completamente “matemático” das leis universais; pelo menos isto é assim em aparência, e é desnecessário dizer que princípios universais não se contradizem uns aos outros. Mesmo sob o véu da diversidade

inexaurível do possível, sua imutabilidade é sempre discernível, desde que a inteligência esteja nas condições necessárias para discerni-lo. Isto significa que a “intuição intelectual” pode depender de fatores muito complexos que, algumas vezes, parecem não ter conexão com as realidades que a inteligência propõe ao entendimento.

Seria prestar um pobre serviço às verdades das quais René Guénon escolheu ser o intérprete dissimular o que, em sua obra, pode ser um empecilho para alguns e uma fonte de confusão para outros, como a experiência nos tem mostrado; sem querer entrar em detalhes, restringir-nos-emos a mencionar o que segue: na medida em que palavras como “intelectualidade” e “espiritualidade” são aplicáveis a diferentes realidades, pode-se dizer que a obra de Guénon é “intelectual” e que é melhor não buscar nela nada senão “idéias”; além disso, não se deve confundir o “temperamento” particular do autor com o Oriente, nem com a mentalidade tradicional em geral. Acrescentaríamos aqui que se pode considerar surpreendente, como Coomaraswamy o faz, o exclusivismo às vezes excessivo da terminologia guenoniana; este aspecto é indubitavelmente análogo ao caráter antes “matemático” – e não “visual” – do pensamento de Guénon, no que diz respeito ao modo de operação, não ao conteúdo intelectual.

Se, no plano doutrinal, a obra de Guénon é única, é talvez importante especificar que isto não provém de uma natureza mais ou menos “profética” – uma proposição que o próprio Guénon já rejeitara –, mas sim de uma excepcional conjuntura cíclica de circunstâncias, cujo aspecto temporal é este “fim de um mundo” no qual vivemos, e cujo aspecto espacial – como uma função, ademais, do aspecto cíclico – é o ajuntamento forçado das diferentes civilizações; pode-se dizer assim que, para o Ocidente, Guénon é o intérprete providencial desta conjuntura, ao menos ao nível da doutrina; dizemos “intérprete”, mas poderíamos também acrescentar “vítima”, no sentido de que esta função demandava atividades e experiências “unilaterais” ou “desproporcionais”, que não ocorreram sem deixar marcas profundas no homem e em seus escritos. Seja como for, tal obra teria sido sem objeto num período como a Idade Média, porque o “fim de um mundo” ainda estava demasiado remoto e a sabedoria não era negligenciada como é hoje, como resultado das tendências modernas; ademais, as perspectivas espirituais da Ásia eram praticamente não existentes para a Europa medieval.

Os modos de participação na obra de Guénon são necessariamente diversos: alguns leitores têm sido influenciados por ela de uma maneira mais ou menos parcial ou superficial, enquanto outros têm sido convencidos pela própria essência da obra; alguns têm sido “convertidos” dos erros correntes de nosso tempo; outros ainda, não necessitados de “conversão”, têm encontrado em Guénon o que já pensavam, exceto pela metafísica, que ninguém pode tirar de si mesmo, e que eles receberam de Guénon – à parte outras fontes possíveis mas, na prática, não suficientemente explícitas –, como o próprio Guénon recebeu do Oriente, e como todo oriental recebeu de um outro oriental. De qualquer forma, a função de Guénon consiste essencialmente numa função de transmissão e comentário, e não de readaptação inspirada: “Eu não tenho outro mérito”, ele nos escreveu em uma carta, “do que haver exposto algumas idéias tradicionais com o melhor da minha capacidade.” Se esta definição é de fato demasiadamente modesta ao não fazer menção ao elemento especulativo na obra de Guénon, e nem à natureza fundamental das idéias que ele expôs, não obstante, ela revela sua intenção e sua natureza.